



A Grécia se encaixa justamente neste ponto. Cada economia porta suas características, com produtividade específica e nível de desenvolvimento de suas forças produtivas. A moeda reflete este estado, o modo de ser e estar de uma economia em relação às outras e ao que era no passado. Portanto, o papel retangular colorido que se transporta no bolso para promover as trocas detêm um significado bem mais pronunciado do que se imagina. O quanto cada 100 unidades monetárias conseguem adquirir em cada país. O quanto 100 dólares compram nos EUA. O quanto 100 libras compram na Inglaterra. O quanto 100 dracmas compram na Grécia. O quanto 100 yuans compram na China. O quanto 100 marcos compram na Alemanha. A cotação da moeda vis-a-vis umas às outras denuncia, de modo geral, as *diferenças* do nível de produtividade e grau de desenvolvimento fabril em que se deparam essas economias. Não importa que a indústria participe, quem sabe com 20% do PIB ou até menos, porque ela reúne a base da produtividade e do conseqüente avanço da agricultura e dos serviços. O progresso técnico se insere na indústria, aparelhada com seus laboratórios, pesquisas e cientistas de alto quilate.

Caso, por hipótese, admita-se que são necessárias 5 dracmas para comprar 1 marco alemão, significa que qualquer mercadoria alemã comprada pela Grécia sai por um preço 5 vezes maior na moeda corrente grega. De modo recíproco, mercadorias gregas vendidas na Alemanha valem 5 vezes menos em moeda corrente alemã. E desse modo sai convertido o caro e o barato entre duas economias. O que a cotação de 5 dracmas por 1 marco também traduz é que a economia alemã é muito mais poderosa, e segrega uma moeda com elevado poder de compra em razão da produtividade e avanço das forças produtivas da indústria germânica. Difícil para a Alemanha vender em território grego, fácil para a Grécia vender em território alemão. As moedas nacionais criam, portanto, obstáculos naturais à livre circulação de mercadorias, por fixarem os diferentes graus de produtividade de suas economias ao expressarem o valor como elas podem ser trocadas umas pelas outras e a quantidade de mercadorias que se permutam. São produtividades do trabalho que estão em troca. Ao mesmo tempo, protegem a indústria autóctone, mais avançada ou atrasada em relação a um parâmetro tomado como exemplo.

Um belo dia, em 1999, o euro passou a vigor como moeda escritural da União Europeia. Não existia ainda enquanto papel-moeda e moeda metálica para circular na mão das pessoas, mas existia enquanto depósitos em conta corrente bancária, movimentados por cheque. Dessa forma, já podia movimentar o grande comércio e as transações financeiras em grosso volume, entre os países signatários do novo arranjo econômico e político. A partir do momento em que ele começa a vigorar com determinada cotação de compra e venda, todas as diferenças de produtividade desaparecem entre as economias que aceitam esta nova moeda. Tudo que antes era diferente passa a ser igual. E se há uma cotação padronizada do euro, esta é imposta por alguma economia mais poderosa capaz de fazer valer seus interesses. Aí se insurgem as economias alemã e francesa, como as mais influentes com o talante de espetar regras.

As principais diferenças econômicas se dissolvem e passam a absorver a referência monetária franco-alemã, como se fosse o modelo normal a que pertencem diversas economias, agora indistintas, acorrentadas pelo euro. A Grécia deve se introduzir neste padrão. Em 2002, o euro passa a ter existência física em notas e moedas metálicas. Cidadãos comuns e economias estão todos agora enquadrados, operando nas mesmas condições de varejo e atacado. O problema é que indústrias mais atrasadas terão de competir em padrões de igualdade com Alemanha, França e economias mais avançadas. É daí que muitas indústrias dos países menos competitivos naufragam sem conseguir concorrer com as potentes locomotivas alemã e francesa, que se dispõem a abastecer a Europa sem maiores obstáculos, principalmente no que diz respeito à barreira natural das taxas de câmbio nacionais. A economia grega perdeu indústrias e caminhou para sobreviver internamente

mais ligada à produção de mercadorias agrícolas, transporte marítimo, construção civil e principalmente serviço turístico. Um país pobre assumindo traços de país rico. Esta situação perdurou sem maiores rumores e até relativo sucesso até 2007, quando sobreveio a crise norte-americana das hipotecas de devedores duvidosos, em que bancos estadunidenses e europeus estavam fortemente entrelaçados como devedores e credores recíprocos. A situação explodiu porque o crescimento da produção e, provavelmente, a taxa média de lucro que oferecia, não eram mais compatíveis com o financiamento artificial do consumo mediante especulação financeira. A engrenagem da especulação exigia um grau de velocidade da engrenagem da produção impossível de ser alcançada. É muito mais fácil e rápido colocar títulos à venda no mercado, com promessas de liquidação futura e altos lucros financeiros, a construir uma fábrica com todos os seus requisitos técnicos, administrativos e legiferantes para vender mercadorias. A bolha financeira estourou, espalhando-se por todas as economias que utilizavam o mesmo estratagema. O consumo caiu e a recessão veio junto. A Grécia era um dos elos mais frágeis que não suportaria pressões maiores.

Com pesadas dívidas, a Grécia foi sendo submetida a ajustes asfixiantes. Os credores querem cobrar valores emprestados, todavia da maneira mais esquizofrênica possível. Exigem que dívidas sejam honradas às custas de recessão, desemprego, diminuição de salários e aposentadorias, redução de garantias sociais dos trabalhadores. A miséria disseminada foi convocada para pagar encargos financeiros de amortização e juros. Se é o consumo que gera produção por constituir um ciclo indissociável, e quanto maior sua ampliação, melhores os resultados, foi criada a lógica inversa, quanto menos for vendido e comprado maior será a capacidade de saldar um endividamento. É a miséria que gera riqueza.

Até o dia 12 de março, a Grécia deve pagar 14 bilhões de euros para não entrar em declaração de inadimplência. Sua dívida pública corresponde a 160% do PIB e querem reduzi-la para 120%. O total de ajuda para salvamento financeiro monta em 237 bilhões de euros e pode perfeitamente aumentar, em razão da recessão provocada. E em garantia de pagamento podem ser requisitados bens públicos gregos. Isso se chama hipoteca. Como grande parte desse dinheiro procede da Alemanha, esta assume a tutela da economia grega e lhe impor salvaguardas e condicionantes, como se fosse uma colônia do século XIX, dobrado por obrigações para com a matriz, porém agora em condições financeiras. Aos trabalhadores gregos não restará outra opção senão partir para a luta organizada para não se verem reduzidos à fome e o auto-extermínio.

O resultado desse movimento é a Grécia sair da zona do euro para restaurar as condições autênticas de sua economia, o que pode ser acompanhado por outros países na mesma situação de fragilidade, antes que as dívidas mútuas sejam tão enormes que afundem a todos em uma longuíssima recessão. Ser o que verdadeiramente é, e progredir em função do andamento de suas possibilidades e necessidades autênticas. O euro deve, em um cenário benigno, se restringir às economias mais ricas, com produtividade semelhante. Parece inacreditável, mas o que está por trás de tudo isso é a lei do valor. Sim, a economia é uma ciência, não com a exatidão das matemáticas, mas com tendências claras e plausíveis, embora muitas vezes a escrever o certo por linhas tortas, porém norteando o rumo dos povos e de nossas vidas.

**A JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.